

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NO CONTEXTO DA INTERNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL

THE PRODUCTION OF SPACE IN THE CONTEXT OF INTERNATIONALIZATION OF CAPITAL

Leônidas de Santana Marques¹

Resumo: O contexto de mundialização do capital, em um processo ascendente de internacionalização da produção e da circulação de mercadorias, tem trazido implicações profundas na análise do espaço geográfico em sua totalidade. Desta forma, este artigo trata, de modo amplo, o processo de internacionalização do capital, considerando os principais mecanismos encontrados por este para garantir a extração de mais valor globalmente e a estabilidade na taxa de lucro. O objetivo deste trabalho é discutir sobre o processo de produção do espaço no contexto da internacionalização do capital contemporânea. Partindo de autores como Harvey (2005a, 2005b, 2008, 2012) e Chesnais (1995, 1996), o texto discute conceitos como acumulação, centralização, concentração e polarização. São traçadas algumas reflexões sobre o processo de produção do espaço no contexto da internacionalização do capital considerando transformações presentes no campo brasileiro e na construção de políticas públicas de desenvolvimento regional/local.

Palavras-chave: Mundialização. Polarização. Capital. Financeirização.

Abstract: The context of globalization of capital, in ascending process of internationalization of production and movement of commodities, has brought profound implications in the way how we analyze the geographical space in its totality. Therefore, this article discusses the process of internationalization of capital, considering main mechanisms found by this to ensure the global extraction of surplus value and stability in the profit rate. The aim of this article is to discuss the production of space in this new context, analyzing the contemporary internationalization of capital. Discussing authors such as Harvey (2005a, 2005b, 2008, 2012) and Chesnais (1995, 1996), the text debates concepts such as accumulation, centralization, concentration and polarization. This article reflects about the space production process in the context of the internationalization of capital considering present transformations in Brazilian rural and in the construction of public policies of regional / local development.

Keywords: Mundialization. Polarization. Capital. Financialization.

¹ Professor Adjunto da Universidade Federal de Alagoas (UFAL/Campus do Sertão). Doutorando em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: leonidas.marques@delmiro.ufal.br

Introdução

Termos como internacionalização, globalização e mundialização fazem parte da análise de diversos pesquisadores que têm como um dos focos principais a busca por uma compreensão de totalidade dos processos sociais. Assim, pensar nestes em todas as suas implicações aponta para a necessidade de problematização de como os processos que se desdobram em nível internacional podem influenciar em arranjos espaciais em escalas da ordem próxima, considerando a dialética do par local/global.

Assim, presencia-se uma conjuntura de intensa internacionalização das formas de reprodução do capital, que se baseia em processos de centralização e concentração em todo o mundo como forma de consolidar o seu poder na assimetria das relações capital-trabalho. Neste sentido, como é apontado ao longo do texto, ao se considerar o Estado como fundamental para a reprodução da estrutura do capital, é tendencial que seja considerada também a internacionalização das formas de ação dos Estados, notadamente das políticas públicas, por meio de agentes que interferem de forma incisiva nas ações de cada governo (com destaque para as gêmeas de Bretton Woods: o Grupo Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional).

Desta forma, este artigo trata, de modo amplo, do processo de internacionalização do capital, considerando os principais mecanismos encontrados por este para garantir a extração de mais valor globalmente e a estabilidade na taxa de lucro. Assim, a mundialização é considerada em sua multidimensionalidade, incluindo os desdobramentos no espaço agrário. Esse foi diretamente impactado pela Revolução Verde que atingiu o Brasil (e outros tantos países do globo) a partir da segunda metade do século XX, capitaneada sobretudo pela ação de ator intelectual hegemônico do Banco Mundial (principalmente através do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD). Também são considerados os aspectos mais atuais da financeirização da economia e como eles se apresentam pretensamente autônomo diante do capital produtivo, embora seu peso não possa ser negligenciado na análise das relações sociais que produzem o espaço. Estas relações estão cada vez mais inseridas na dinâmica de incontrolabilidade do capital, com reverberações nos territórios camponeses e nas políticas públicas do Estado brasileiro.

O objetivo deste trabalho é discutir sobre o processo de produção do espaço no contexto da internacionalização do capital contemporânea. Para tanto, considera-se a caracterização da conjuntura ora denominada globalização, ora denominada mundialização, analisando aspectos históricos e condicionantes socioeconômicos de segunda metade do século XX. A título de

exemplificação, algumas reflexões sobre o processo de produção do espaço no contexto da internacionalização do capital e as transformações presentes no campo brasileiro e na construção de políticas públicas de desenvolvimento regional/local são trazidas à luz.

A internacionalização do capital

Muito embora hoje o uso dos termos global e globalização tenha se tornado lugar comum nas discussões que envolvem a análise do espaço geográfico enquanto totalidade, faz-se necessário retornar alguns dos elementos necessários à compreensão concreta da carga ideológica que carregam certas interpretações do processo de internacionalização do capital nos chamados “tempos de globalização”. Ainda na década de 1980, quando emergem as primeiras discussões sobre esse conceito nas escolas de administração dos Estados Unidos, muito do que se falava sobre o processo de construção de uma sociedade articulada em redes de comunicação e informação só veio se tornar realidade a partir do século XXI (ainda que este processo continue se desdobrando).

Quando surge o termo globalização no centro da principal potência político-econômica em nível mundial, foram discutidos os rumos a serem estabelecidos para a concretização da rede global, tal como o incentivo à reorganização das grandes corporações (que se tornaram ainda maiores décadas depois) na busca de um mundo sem fronteiras. Como problematiza Chesnais (1996), é necessário ponderar como estes termos surgem ainda de forma vaga e imprecisa, denotando algo que, embora fosse pouco definido, expunha uma visão de mundo com intencionalidades claras, objetivando a formação de um discurso único (e novo) sobre a realidade que se apresentava. Assim, globalização se apresenta como sinônimo de modernidade, sendo o consumidor o maior beneficiado de todo este processo.

Alguns dos elementos que caracterizam a chamada globalização são apresentados como verdades inquestionáveis e são colocados como os redutores dos problemas socioeconômicos existentes na sociedade moderna. Dentre estes, observa-se que

[...] a globalização primeiramente se refere à rede de produção e troca de mercadorias que se estabelece em nível mundial. Também designa o fenômeno do intercâmbio político, social e cultural entre as diversas nações, atualmente intensificado pelas profundas transformações decorrentes da aplicação das inovações científicas e tecnológicas na área da comunicação. Ela é concebida, por muitos de seus ideólogos, como um novo patamar civilizatório e como um processo inexorável. Representaria também uma nova forma de organização das sociedades, capaz de superar as identidades nacionais e os particularismos, religiosos, étnicos e regionais (SANTOS, 2001, p. 172-173).

Contudo, não se tratava apenas de reconhecer que cada vez mais a sociedade estava diante de um processo de integração em nível global. O reconhecimento da globalização carregou por certo tempo a noção de um processo inexorável e apontava para todos os sujeitos a necessidade de adaptação a esta nova conjuntura em seus diversos rebatimentos (sociais, econômicos, culturais, espaciais etc.). A globalização, nesta época e ainda hoje, se expressa como a estruturação das forças do mercado em seu mais pleno estágio de desregulamentação e descontrole, onde os mais fortes e integrados são os capazes de vencer o acirramento da competição.

Não obstante, é necessário questionar vários meandros dos conceitos que envolvem estas discussões, inclusive aqueles que se apresentam como mais nítidos. Como apontado por Chesnais (1995, p. 4), é preciso ponderar que “o conteúdo efetivo da globalização é dado, *não* pela mundialização das *trocas*, mas pela mundialização das operações do *capital*, em suas formas tanto industrial quanto financeira”. Esta afirmação, contudo, não pode levar à conclusão de que somente o capital financeiro é o responsável pela atual fase de desenvolvimento do capitalismo, incluindo os aspectos relacionados à crise estrutural que se presencia atualmente. A dinâmica do conflito capital-trabalho deve ser considerada em diversas dimensões e tensões, com desdobramentos diversos na lógica de acumulação capitalista (HARVEY, 2012; COGGIOLA, 2012).

[...] la línea divisoria entre capital em funciones y el capital financeiro es, en ciertos aspectos, bastante ambigua. La razón última de esta ambigüedad se debe a que la división entre el capital dinero y el capital en funciones *se da en el marco de una unidad*, que consiste en que ambos se nutren de la plusvalía, esto es, de la explotación del trabajo humano. No hay una muralla entre ambos tipos de capitalistas, porque son diferentes formas que adopta el capital (ASTARITA, 2008, s/p).

Cada vez mais, o processo de internacionalização do capital apresenta nuances distintas nos mais diferenciados âmbitos do espaço, a partir de mecanismos, por exemplo, de flexibilização e inovação tecnológica, que proporcionam a integração entre os mercados e transformações na própria forma de organização do trabalho. Esta lógica se estrutura com o aumento do regime concorrencial ao mesmo tempo em que cria condições para os processos de concentração e, principalmente, centralização de capital.

Todos os elementos que caracterizam a internacionalização do capital apresentam contradições em suas formas de reprodução. Santos (2001) analisa que a globalização é um processo diretamente associado à intensificação da exclusão em diferentes escalas. O

pensamento social tradicional costuma apresentar uma dicotomia entre o conservador e o moderno, onde o atual processo de expansão capitalista, inclusive no campo, seria responsável por uma revolução nas formas de relação sociedade-natureza. Contudo percebe-se cada vez mais que o que se apresenta como novo se estrutura em bases arcaicas, e reproduz velhos arranjos conservadores de exploração e dominação. Desta forma, é dialético o processo de avanço de setores como a mineração e o agronegócio em áreas de comunidades camponesas; ao mesmo tempo em que formas inovadoras de extração de recursos da terra são estabelecidas, vivencia-se claramente meios tradicionais de expulsão e exploração do campesinato.

Na aparência, toda esta nova forma em que se estabelece o mercado global se mostra como necessária e bem vinda para toda a sociedade, que desfruta dos ganhos obtidos a partir desta globalização. Contudo, no bojo do desenvolvimento desigual, contraditório e combinado do capitalismo, presencia-se que a globalização é também reafirmação da exclusão social, não podendo ser, portanto, analisada de forma unidimensional, ou apenas como a maior boa nova das últimas décadas, isto é, se de fato é algo tão novo assim. Se for considerado que se trata de mais uma etapa do processo de internacionalização do capital, de fato não é algo tão novo, até porque muitos dos mecanismos que constituem o processo de globalização são próprios da reprodução ampliada do capital, só que agora em nível global (SANTOS, 2001). Porém, também é possível considerar que alguns elementos novos se apresentam nesta conjuntura, ao passo que se vivencia o momento em que existe a maior dissociação entre capital produtivo e capital financeiro, com acirramento de contradições próprias do modo de produção. Neste sentido, estar-se-ia em um momento em que as crises do capital seriam mais intensas e com menor periodicidade, reconhecido como a mundialização (CHESNAIS, 1995, 1996). Estas concepções não são necessariamente divergentes, e, em essência, se complementam. A sociedade está em um período diferenciado do capitalismo, onde os processos contraditórios de sua reprodução ampliada se intensificam; ao mesmo tempo, não se pode perder de vista que este período é um desdobramento do processo de internacionalização do capital, iniciado há séculos e que é inerente ao processo de expansão do capitalismo no sistema-mundo.

Existem alguns processos que são característicos da lógica de reprodução ampliada do capital nos diversos setores da economia. Um desses processos é o de acumulação, no qual existe a necessidade de os agentes do capital sempre buscarem formas de incorporação de capital-dinheiro para a garantia de sua manutenção no contexto de acirramento da concorrência. Este processo associa-se ao de centralização, onde a concorrência entre os grupos/empresas leva a uma situação onde nem todos os que disputam apresentam condições para que consigam

êxito. Neste contexto, percebe-se que algumas firmas, melhor inseridas no mercado, centralizam as atividades dada a sua maior capacidade de reprodução, com tendência a formação de oligopólios. Assim, processualmente, intensifica-se o poder de classe, com mecanismos perversos relacionados ao processo de neoliberalização (HARVEY, 2008). Este processo se apresenta de forma clara em alguns setores da economia, a exemplo da mineração que se estrutura em certos contextos de forma consideravelmente oligopolizada. Complementar à centralização está a concentração, processo no qual os capitais, no bojo da acumulação, criam mecanismos que incorporam mais condições para sua centralização, “crescendo sobre si mesmo”. Perpassando todos estes processos está a internacionalização, que se efetiva na busca de ampliação de áreas onde possa se efetivar o *modus operandi* do capital, diretamente relacionada com a atual fase de mundialização (SANTOS, 2001; SAWAYA, 2009; CHESNAIS, 1995, 1996).

Muito embora estes mecanismos sejam característicos de todo o processo de reprodução ampliada do capital, eles apresentam mudanças quantitativas e qualitativas no novo regime mundial de acumulação.

O movimento de centralização e concentração vem se desenvolvendo há mais de dez anos de um modo sem precedentes, impulsionado pelas exigências da concorrência aos grupos mais fortes no sentido de arrebatar das firmas absorvidas suas fatias de mercado e reestruturar e “racionalizar” suas capacidades produtivas, sendo favorecidos e facilitados pelas políticas de liberalização, de desregulamentação e de privatização (CHESNAIS, 1995, p. 9).

Assim, mesmo que os processos de centralização e concentração do capital estejam em sua própria natureza, percebe-se que, em tempos de neoliberalização, ocorre um acirramento derivado conjuntamente (que aponta para contradições que já se anunciavam na década de 1970, mas que foram proteladas pelas medidas adotadas nos anos seguintes). Ainda neste contexto, um dos novos elementos presentes nesta conjuntura é a presença cada vez mais intensa de setores da indústria envolvidos com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), além dos investimentos em alta tecnologia, que aumentam a exploração do trabalho.

Uma das dimensões mais significativas associadas à mundialização é exatamente aquela que trata das profundas mudanças que são vivenciadas quanto aos avanços tecnológicos. Sem se aprofundar naquilo que comumente se discute (os reflexos das novas tecnologias na esfera do consumo), é preciso analisar os desdobramentos desses avanços para as novas formas de relação entre as empresas e os trabalhadores, notadamente os aspectos ligados à flexibilização do regime de trabalho. Termos como toyotismo, *just in time* e terceirização invadiram o

receituário das escolas de administração e se apresentam como uma das facetas da internacionalização, considerando que é real a ampliação da exploração da mais-valia em bases onde o capital já estava consolidado. Percebe-se assim que a “liberalização do comércio exterior e dos movimentos de capitais permitiram impor, às classes operárias dos países capitalistas avançados, a flexibilização do trabalho e o rebaixamento dos salários” (CHESNAIS, 1996, p. 40). Somam-se a estas novas formas de relação de trabalho a intensificação da precariedade e informalidade, como meios encontrados pelo trabalho de se reproduzir.

A mundialização e a pretensa hegemonia do capital financeiro

Para a análise dos processos que hoje se articulam e caracterizam o novo regime mundial de acumulação é necessário relacionar os aspectos deste atual modelo com os determinantes históricos que o configuraram como tal. Neste sentido, vale salientar que “a mundialização deve ser pensada como uma fase específica do processo de internacionalização do capital e de sua valorização, à escala do conjunto das regiões do mundo onde há recursos ou mercados” (CHESNAIS, 1996, p. 32). Ainda assim, percebe-se que, embora não sejam opostos, as noções de internacionalização e mundialização são distintas.

Saindo de aspectos mais gerais em direção a elementos mais objetivos do processo histórico, é possível relacionar de forma mais direta o atual estágio da mundialização do capital com o período pós-guerra, combinado aos seus desdobramentos e crise. Segundo Sawaya (2009), as iniciativas de reestruturação produtiva no último quartel do século XX, acompanhado do receituário neoliberal, foram uma tentativa de retardar a eminente crise estrutural do capital.

Além dos elementos relacionados à formação do *Welfare State*, a conjuntura dos anos de 1950 se caracterizou por um intenso processo de expansão territorial do capital em direção aos países periféricos. Diferentemente do que havia ocorrido nos anos que antecederam as duas grandes guerras mundiais, esta expansão imperial não foi vinculada somente a um processo unidirecional de colonização, mas buscou-se a estruturação processual de um capitalismo que, de forma pujante, se ampliava industrializando as antigas colônias.

No pós-guerra, o processo de acumulação de capital foi estruturado de forma diversa que lhe permitiu uma nova onda de expansão, talvez ainda impregnada de elementos do imperialismo, mas que agora iria industrializar a periferia. Criam-se as bases para a mundialização cujo objetivo não é simplesmente a realização – ainda o é, mas agora como resultado da superacumulação no centro. O capital busca espaços para investir diretamente, instalar estruturas produtivas, recolocar o valor excedente (SAWAYA, 2009, p. 59).

Levando em conta a realidade do campo brasileiro, é possível considerar também que neste período pós-década de 1950 é o momento de início de transformações abruptas relacionadas à Revolução Verde no Brasil. O incremento tecnológico proporcionou a reconsideração de terras inicialmente caracterizadas inaptas para o avanço do capital agrário (a exemplo do semiárido nordestino), que passou por um intenso processo de especulação para estabelecimento de empreendimentos (que vieram se concretizar com maior envergadura a partir da década de 1990).

Assim, o processo de internacionalização produtiva avançou mundialmente, embora não desvinculado, neste momento, do processo de internacionalização financeira. O período do pós-guerra compreendeu ainda mecanismos básicos da reprodução ampliada do capital, notadamente concentração e centralização, com a formação de grandes conglomerados e seus respectivos oligopólios. Desta forma, percebe-se que o processo de expansão do capital vem se materializando historicamente. Em um primeiro momento, ainda durante a Segunda Guerra, presencia-se um grande acúmulo de capital nos Estados Unidos que encontrava escoamento na produção de suprimentos para a Europa. Ainda na década de 1950, com os projetos de reconstrução de alguns locais destruídos pela guerra (notadamente na Europa e no Japão), este capital continua apresentando fluxo produtivo. Após este momento, presencia-se o processo discutido anteriormente de expansão do capitalismo em direção à periferia do sistema-mundo, a exemplo de partes da Ásia e da própria América Latina (SAWAYA, 2009).

Muito embora todos estes processos – com forte presença de um Estado interventor – fossem responsáveis por vários avanços na expansão do capitalismo, o crescimento, ao final dos anos 1970, era pequeno e a inflação começava a dar sinais de preocupação. Esta conjuntura foi o necessário para o retorno do discurso liberal renovado, que pregava maior liberalização nas formas de agir do capital, com menor intervenção do Estado. Neste momento, evidencia-se um extenso processo de centralização, dado que “o capital agora mundializado, sem novos lugares para ocupar, buscava os espaços de outros capitais promovendo um amplo processo de reestruturação produtiva em escala global” (SAWAYA, 2009, p. 62). A consolidação do pensamento neoliberal do Estado será funcional nesta conjuntura, com a estruturação de uma flexibilidade normativa que deu vazão aos processos aqui colocados. Além da centralização e da conjuntura de maior flexibilização, outro fator chave para expansão do capital neste momento foi a incorporação de empresas públicas, o famigerado processo de privatização.

Assim, presenciou-se um momento de intensa eliminação de capitais menos competitivos que, sem amparo do Estado, não conseguiam se sustentar em meio aos

conglomerados internacionalizados. Quando este processo de centralização diminuiu sua intensidade, estava também diminuída a base real de capital produtivo, com proeminência do capital financeiro, vinculado diretamente às empresas resultantes da concentração/centralização (hoje isto é ainda mais visível com exemplos como o do Banco Votorantim – BV). É inclusive o próprio capital financeiro que incentivará os investimentos na ampliação da reestruturação produtiva deste período na consolidação do novo regime mundial de acumulação, muito embora em bases fictícias.

Como discutido anteriormente, vários são os elementos que caracterizam o atual momento da internacionalização do capitalismo. Chesnais (1995) elencou alguns destes que se manifestam de forma distinta nos diversos contextos nacionais e/ou regionais. Um destes elementos é o investimento internacional que, em detrimento das trocas, domina a internacionalização; este, somado às instituições bancárias e financeiras de forma geral, dá as condições para a formação de empresas-rede. Esta associação relaciona diferenciados níveis escalares e de interação, possibilitando a concretização da reprodução ampliada de forma conjugada e em diversos setores simultaneamente. Ainda assim, um dos principais elementos é a proeminência do capital financeiro, central para a estruturação destes investimentos internacionais em proporções de grande magnitude.

De todos os elementos que podem ser elencados para caracterizar o período de mundialização, talvez o mais emblemático seja a situação maximizada que se encontra a esfera financeira do capital, ao ponto de ser possível indicar o momento atual como singular na condição de mundialização financeira. Presencia-se de forma incisiva a generalização da especulação nos diversos setores da economia, com destaque especial para o caso das *commodities* no contexto nacional, incluindo a mineração. Nesta conjuntura, percebe-se na aparência a assunção ainda mais vigorosa do mercado enquanto ente amorfo e acima de qualquer interesse particular, determinador das vidas dos indivíduos e sinalizador das ações do Estado (CHESNAIS, 1996).

Os processos que constituíram esta condição, discutidos anteriormente, apontam para a formação de dois modos de expansão do capital que embora distintos são intimamente complementares e ocorrem conjuntamente: a internacionalização produtiva e a internacionalização financeira. Contudo, principalmente a partir das iniciativas dos regimes neoliberais, a segunda obteve expansão mais significativa, com maior desvinculação do capital produtivo e estabelecimento do dólar como moeda internacional (SAWAYA, 2009). Quanto à internacionalização produtiva, presencia-se um grande período de centralização de capitais na

constituição de um oligopólio mundial de transnacionais que opera a partir de organizações em rede. É equivocado, contudo, dizer que estes dois processos de internacionalização não estão umbilicalmente conectados entre si, bem como com a internacionalização dos pacotes pré-moldados de políticas públicas para o Brasil.

A mundialização financeira, para Chesnais (1995, 1996), é a principal característica que indica a estruturação de um novo regime de acumulação dentro do processo de internacionalização do capital. Constata-se nesta atual condição a presença de uma acumulação predominantemente rentista a partir de um capital eminentemente parasitário que se reproduz a partir de bases fictícias. Estas condições, que tiveram (e ainda tem) nos Estados Unidos seu principal mantenedor, encontraram na desregulamentação e flexibilização neoliberal as condições ideais para sua permanência e ampliação.

Para a compreensão de como se estrutura esta relação entre as distintas esferas do capital, Chesnais (1995, p. 7), a partir das análises realizadas por Marx e outros autores, indica a presença de três formas de identificação do capital com relação às suas formas de movimento: “o capital que produz valor e mais-valia (ou capital engajado na indústria *lato sensu*); o capital-mercadoria ou capital comercial (hoje, a grande distribuição concentrada); o capital-dinheiro valorizado por meio de empréstimos e aplicações”. Compreendendo-os enquanto elementos de uma mesma totalidade, estas formas de capital se associam às necessidades de reprodução do capital de forma geral, porém sua explicitação é importante para o entendimento do processo de descolamento da esfera financeira em relação ao capital produtivo.

A partir da década de 1990, ocorre uma inversão de centralidade quanto a esta relação entre os capitais. Até a década de 1980, a hegemonia do capital industrial caracterizava a reprodução ampliada do sistema. Contudo, presencia-se hoje uma maior independência entre os três capitais supracitados, tanto com relação ao capital comercial, mas principalmente quanto ao capital-dinheiro.

Trata-se da emergência de uma situação na qual é o próprio movimento desta fração do capital que tende a imprimir sua marca no conjunto das operações do capitalismo contemporâneo. Portanto, ocorre a reafirmação pelo capital-dinheiro de uma autonomia perante o capital industrial, cujos limites são estabelecidos apenas por meio da viabilidade a médio ou longo prazo de “um regime de acumulação rentista” (CHESNAIS, 1995, p. 7).

A constituição da hegemonia da esfera financeira se associa ao seu processo de internacionalização. A criação de mecanismos próprios de regulação foram centrais para a instituição da flexibilização do mercado e de um espaço financeiro verdadeiramente mundial.

Ainda assim, é preciso ponderar que as esferas financeira e produtiva não são mundos à parte, e como visto fazem parte de uma totalidade, ocorrendo influências múltiplas entre elas com rebatimentos severos, como os que se desenvolveram nos últimos anos da primeira década do século XXI com os desdobramentos da crise.

A (falsa) autonomia da esfera financeira é apresentada de diversas formas nos meios de comunicação de massa e nas análises de boa parte dos estudiosos que defendem o receituário neoliberal. Toda esta forma de interpretar o capital-dinheiro como autônomo e dominante no cotidiano econômico e social do sistema-mundo “pode ser interpretada como o último grau na fetichização das relações de propriedade capitalistas” (CHESNAIS, 1995, p. 21). Desta forma, cria uma névoa sobre as reais contradições da flexibilização das relações de trabalho com aumento da exploração direta e indireta, precarização e informalidade e dos processos de desterritorialização violenta do campesinato em várias partes do mundo.

Sendo assim, é importante apontar que a pretensa autonomia do capital financeiro é sempre relativa, dado que o surgimento real do capital-dinheiro é a partir do capital produtivo. É impossível negar que hoje a hegemonia da financeirização perpassa diversos setores da economia, como também influencia de forma incisiva os Estados que mantêm o pagamento de juros da dívida. Em todo este contexto, ainda é necessário colocar outro elemento crucial da presença do capital financeiro no cotidiano da sociedade capitalista moderna: a instabilidade. A certa arbitragem e ingerência presente na esfera da especulação têm como consequência um alto grau de instabilidade nas relações que envolvem o capital financeiro, com rebatimentos diretos no capital produtivo.

A riqueza “de papel” passou a se multiplicar de modo relativamente independente da valorização dos ativos produtivos, das chamadas “variáveis reais”, mas se trata de um processo em que todos os atores estão envolvidos, inclusive a “corporação produtiva” que incorporou a meta financeira em seus objetivos. A nova era passou a caracterizar-se pela reprodução conjunta produtivo/especulativa do capital. Cada capitalista passou a reproduzir, conjuntamente, seu capital de forma produtiva e também financeira. Não existe mais a figura do capitalista industrial puro, contra o qual estaria oposto um puro especulador. Eles se interpenetram e, no limite, são um só (COGGIOLA, 2012, p. 24-25).

Embora, na aparência, se apresente hoje um falso debate entre quem produz e quem especula, percebe-se como isso é falacioso e retira do foco aquilo que está na raiz de toda a problemática: a relação capital-trabalho. Não obstante, mais do que analisar os processos que de forma geral ocorrem com a internacionalização do capital no período da mundialização, faz-se necessário discutir quais são as repercussões espaciais que estes processos apresentam para

a análise geográfica, além de explicitar quais os principais processos eminentemente geográficos que podem ser identificados nesta nova conjuntura.

O processo internacionalizado de produção do espaço

Muito embora alguns destes processos mencionados sejam próprios da dinâmica da produção capitalista do espaço ao longo dos séculos, alguns se intensificaram de forma diferenciada nas últimas décadas, apontando para rearranjos territoriais com novas conjunturas e sujeitos sociais. Partindo destas considerações, é possível trazer à luz algumas discussões feitas por David Harvey (2005a) ao longo do século XX sobre a centralidade da análise do espaço geográfico para a compreensão da reprodução do capital, inclusive em escala global. Este autor coloca que a “acumulação do capital sempre foi uma ocorrência profundamente geográfica”, dado que necessita do espaço para se reproduzir como tal. Desta forma, sem “as possibilidades inerentes da expansão geográfica, da reorganização espacial e do desenvolvimento geográfico desigual, o capitalismo, há muito tempo, teria deixado de funcionar como sistema econômico político” (HARVEY, 2005a, p. 193).

Se considerarmos tudo aquilo que foi discutido até aqui, é correto afirmar que o processo de expansão capitalista leva consigo suas inerentes contradições, que serão desta forma também expandidas. A dialética desta expansão, como a vinculada aos processos de internacionalização do pós-guerra, apresenta uma forma de contraposição a curto/médio prazo à tendência de queda da margem de lucro, a partir de mecanismos que tentam não imobilizar o capital produtivo. Mas, contraditoriamente, com a ampliação geográfica das formas de reprodução do sistema capitalista a partir da internacionalização, amplia-se também sua tendência a crises, cada vez mais intensas e sucessivas.

No intento desta busca incessante e contraditória de não imobilização do capital, todas as problemáticas se reafirmam cumulativamente. É neste sentido que é possível falar em uma taxa constante de crescimento que a lógica concorrencial do capital precisa estar inserida. Como aponta David Harvey (2012, p. 30), o “consenso atual entre os economistas e na imprensa financeira é que uma economia ‘saudável’ do capitalismo, em que a maioria dos capitalistas obtém lucro razoável, expande-se em 3% ao ano”. E esta taxa composta de crescimento tem seu preço para as relações sociais e sociedade-natureza.

O crescimento de 3% para sempre está funcionando com sérias restrições. Existem restrições ambientais, de mercado, de rentabilidade e espaciais (apenas zonas importantes da África, embora completamente devastadas pela

exploração de seus recursos naturais, bem como remotas regiões em geral no interior da Ásia e da América Latina ainda não foram totalmente colonizadas pela acumulação de capital) (HARVEY, 2012, p. 33).

Dentre estas zonas de expansão, é possível mencionar os próprios territórios camponeses que não estão sob o julgo do capital (monopolização do território). Interessa à lógica expansionista esta quebra nas restrições espaciais por diversos aspectos, que vão da liberação de contingente para força de trabalho (urbana ou rural) até a incorporação em si de novas áreas que desenvolvam atividades produtivas do capital agrário.

Neste contexto, alguns aspectos são cruciais para a compreensão de como a acumulação do capital tem no espaço algo imprescindível para sua reprodução. Harvey (2005a) coloca ao menos três elementos que podem ser elencados para esta análise, sendo estes os reordenamentos geográficos, as estratégias espaciais de reestruturação e o desenvolvimento geográfico desigual. No caso deste último, percebe-se como é possível identificar algumas características da mundialização do capital, a partir dos processos de polarização, própria da produção de um espaço desigual tanto a nível intranacional quanto internacional.

A internacionalização apresenta processos correlatos de (re)produção do espaço que ampliam as contradições do sistema capitalista, tais como a polarização. Este processo acontece de forma combinada a partir de polarizações internas e externas. No primeiro caso, decorre um processo que estrutura desigualdades dentro dos países, com a formação de regiões bem sucedidas e mal sucedidas, dado o seu grau de inserção dentro da lógica da globalização. Este processo serve de base para o discurso da necessidade de políticas públicas de desenvolvimento regional (hoje territorial/local), com a possibilidade de intervenção direta do Estado para diminuir as disparidades dentro do país (embora na prática seja nítido que estas disparidades são necessárias para reprodução ampliada do capital). Tratando dialeticamente, muito embora o termo polo possa indicar oposição, o processo de polarização, em essência, forma regiões complementares entre si de acordo com a lógica da divisão territorial do trabalho. Esta própria separação gera condições ideais para o fluxo de capitais que busca sempre lugares onde o lucro possa ser obtido de forma mais intensa (HARVEY, 2012). Isto não é muito diferente da competição entre os Estados capitalistas mundialmente, embora com consideráveis diferenças escalares.

Em nível internacional decorre a polarização externa que configura uma espacialização do tipo centro-periferia.

Na periferia do capitalismo mundial, a elevada taxa de exploração dos trabalhadores locais se incrementou, combinadamente, pela intensidade da jornada de trabalho, pela constante ampliação da superpopulação relativa, pelo rebaixamento do tempo de trabalho necessário à reprodução da força de trabalho, e pela fraca expansão do capital produtivo local, reserva de exploração, ou apêndice, do capital metropolitano. A dinâmica da acumulação periférica é necessariamente ‘negativa’ (no início do século XIX, a diferença de renda nacional entre os países ricos e pobres era de 1 para 2; um século depois, na véspera da 1ª Guerra Mundial, era de 1 para 4; no final do século XX, já era de 1 para 7). Ela não pode ser separada dos interesses totais do capital, de que se constitui em elemento secundário e em elo da dominação mundial do capital financeiro. É enquanto parte do processo global de acumulação que a negatividade da acumulação periférica revela sua força ‘positiva’ de valorizadora do capital global (COGGIOLA, 2012, p. 14).

Desta forma, é possível considerar que embora exista uma taxa de lucro média internacional, existem taxas diferenciais entre os países capitalistas centrais e toda a periferia, onde principalmente as condições da classe trabalhadora derivam em uma elevada lucratividade. Neste caso, Chesnais (1996) pondera que a situação dos países periféricos se torna mais grave no período da mundialização, dado que agora se presencia novas tecnologias que possibilitam o aumento da exploração da mais-valia em lugares onde o capitalismo já está estabelecido (no caso, países centrais), restando aos periféricos somente a pobreza, nem mais a exploração, ocorrendo o que chama de “desconexão forçada” desses do sistema de comércio internacional. Destacam-se assim os países que mais garantem condições de plena reprodução do capital; hoje este destaque está com os chamados BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), onde os processos de expropriação do campesinato são noticiados diariamente.

Com o processo de polarização, é possível ainda analisar como ocorrem desdobramentos quanto ao par global-local. Ao mesmo tempo em que a mundialização apresenta impulsos homogeneizantes, traz em si a necessidade de reforçar aspectos locais que não deixam de ser funcionais à reprodução ampliada do capital. Santos (2001) ironiza que neste processo existe a formação de ricos globais (principalmente se forem considerados os inseridos na lógica dos grandes conglomerados) e pobres locais, fragmentados na lógica da flexibilização do trabalho, com aumento da exploração ou ainda exclusão dos que não conseguem se inserir no circuito da produção mundializada.

Para além da polarização, ainda é possível problematizar um outro processo de produção do espaço presente de forma direta no contexto da mundialização: a integração seletiva. Este processo se associa à lógica presente na reprodução ampliada do capital, que é a necessidade de ser seletivo para ser competitivo, na busca de maior rentabilidade (CHESNAIS, 1995). Desta forma, percebe-se o isolamento de certos países ou regiões do mercado mundializado, sendo

então convocados somente quando apresentam potencialidades tais que garantam condições para a exploração dos recursos do território. Neste contexto, se submetem a todo tipo de sujeição para garantir uma integração mínima ao mercado global. Também neste caso presencia-se de forma clara o discurso das potencialidades do território, que na aparência se coloca como forma de superar as problemáticas de áreas menos desenvolvidas, mas em essência representa mais uma forma de garantir a maximização dos lucros das empresas mundiais na busca de condições ainda mais favoráveis de reprodução.

Outro aspecto importante é a estruturação de empresas a partir de oligopólios territorializados em rede que apresentam fixos em boa parte do planeta. Esta forma de organização espacial amplia os mecanismos de exploração do trabalho a partir de associações em diversos níveis escalares com empresas de portes maiores e/ou menores, transpassando todo o circuito da produção. Contudo, é ainda necessário ponderar que ao se mencionar empresas trata-se de um termo genérico para indicar como hoje se apresentam os setores do capital, muito embora sejam na verdade grandes conglomerados (CHESNAIS, 1995).

A territorialização destes grandes conglomerados se associa a dois mecanismos básicos de reprodução das empresas que, embora aparentem dissonância, são responsáveis pela estruturação da atual conjuntura oligopolizada. Estes mecanismos são a concorrência e a cooperação. As empresas globais estão inseridas em situações de ampla concorrência, que levam a destruição de capitais menos competitivos que não conseguem lidar com a estruturação global. Dialeticamente, estas mesmas empresas se associam a empresas menores que não competem globalmente para ampliar sua atuação em mercados mais restritos e com possibilidade de taxas de lucro relativamente menores (CHESNAIS, 1995, 1996).

De forma geral, é possível perceber alguns dos processos da produção mundializada do espaço que se apresentam de forma contraditória, próprios da lógica de reprodução da sociedade capitalista. Quanto a estes processos atuais percebe-se que

De um lado, ela [a produção do espaço na globalização] gera um processo de homogeneização, padronizando elementos produtivos e culturais, mas, de outro lado, surge um universo de diferenciações, tensões e conflitos sociais. As mesmas forças que produzem a globalização, propiciando novas articulações e associações em nível internacional, provocam formas opostas e fragmentadas. Globalização e regionalização, fragmentação e unidade, inclusão e exclusão são pólos antagônicos inter-relacionados de forma dialética, ou seja, são forças opostas que estão em constante interação (SANTOS, 2001, p. 185).

Estes processos dialéticos de (re)produção espacial são a marca da sociedade moderna, que tem em seu contexto um sistema contraditório e em encadeamento de queda geral da taxa de lucro que leva a crises, cada vez mais intensas e sucessivas. Ao mesmo tempo em que o período neoliberal serviu (e tem servido) para desregular algumas amarras que se apresentavam para a reprodução ampliada do capital, serviu também para que as contradições se acirrassem, não passando, portanto de um receituário de médio prazo que não conteve a crise já eminente nos anos 1970.

Reflexos da internacionalização nos territórios camponeses e no Estado

Quando se observa a forma como principalmente a mídia hegemônica trata a crise estrutural que se desenrola em todo o planeta, percebe-se que vários elementos são desconsiderados. Neste contexto, é desconsiderada a análise sistêmica da crise a partir de categorias de totalidade. Os primeiros momentos que foram colocados como centrais para toda a problemática hoje presenciada iniciou-se com dificuldades no pagamento de imóveis nos Estados Unidos, que logo se desdobrou em uma enxurrada de endividamentos e insolvência de diversos setores do capital (notadamente bancos, mas também corporações do capital produtivo como a própria General Motors).

Destarte, é preciso relacionar este momento do desenvolvimento desigual do espaço com o contexto das comunidades camponesas, tendo em conta os perversos processos de expropriação de seus territórios. Também é preciso considerar como isto se desdobrou para as ações do Estado capitalista, intimamente vinculado com o capital financeiro global através de empréstimos extraordinários e o respectivo endividamento público. Inclusive, nesta atual conjuntura, discute-se a possibilidade de rompimento com o modelo neoliberal e a emergência de um Estado mais interventor na economia. Mas, como aponta Harvey (2008), é necessário levar em conta as reais características da neoliberalização em todos os países, que se manifestou essencialmente em um intenso processo de concentração de renda e poder (principalmente se considerarmos a centralização de capitais ocorrida nas últimas décadas e as recorrentes privatizações). As grandes corporações de diversos setores do capital, incluindo as que foram diretamente impactadas pela crise a partir de 2007, já registram expressivas taxas de crescimentos nos Estados Unidos (HARVEY, 2012); ao que tudo indica, mesmo que possam surgir novas formas de regulação da economia, o projeto hegemônico (neoliberal) de classe para concentração de riqueza não se encerrou.

Outro elemento que deve ser abordado nesta discussão é a questão dos processos históricos que influenciaram diretamente a crise que se manifestou em 2007. Não se pode negar que, mesmo que a economia global, de forma geral, tenha passado algumas décadas com elevado crescimento, em várias partes a situação não foi tão estável assim. A crise que vem se desdobrando nos últimos anos é resultado de todas estas turbulências localizadas.

O caminho da crise econômica atual foi pavimentado por uma série de crises financeiras: a crise da dívida externa dos países latino-americanos (1982), que se prolongou por toda a década; a crise bancária do sistema de poupança e empréstimos (*savings and loans*) dos EUA, em 1985, durante o governo Reagan, que custou US\$ 500 bilhões; a quebra da bolsa de Nova York (1987); o estouro das bolhas acionária e imobiliária no Japão (1990), que fez desaparecer US\$ 3,2 trilhões da circulação econômica internacional (5% do PIB mundial), e foi seguido de mais de uma década de recessão, estagnação e deflação no país; a recessão americana de 1990-1991, de oito meses de duração; a crise do sistema monetário europeu e o ataque à libra esterlina (1992) que fez a fama mundial do especulador (“investidor”) George Soros; a crise do México (1994-1995); a crise asiática (1997); a quebra do fundo especulativo *Long Term Capital Management*, LTCM (1998) nos EUA; a crise russa (1998); a desvalorização do real no Brasil (1999); a crise da Turquia (2001); a crise da Argentina (2001-2002); o estouro da bolha acionária do Nasdaq (a Bolsa de Valores das empresas de “novas tecnologias”) e a recessão nos EUA (2000-2001) (COGGIOLA, 2012, p. 5-6).

Para além dessas crises sucessivas, vale ainda ressaltar que as medidas que vem sendo adotadas desde a década de 1970 foram assim construídas para que uma crise de maior envergadura não se manifestasse neste período. Reafirmando, o processo de neoliberalização foi central para que uma crise de todo o sistema não viesse à tona rapidamente, mas não conseguiu retê-la por completo. Este mesmo processo retroalimentou a financeirização que apenas agudizou a situação hoje presenciada. O grande acúmulo de capital, produzido nestes anos, seguindo a tendência da taxa composta de crescimento a 3% por ano, foi excessivo para o sistema como um todo que, obviamente, apresentou seus limites (HARVEY, 2012).

Toda esta situação contraditória do desenvolvimento do capital se associa a uma de suas principais características: a incontabilidade de seu sistema. Ao mesmo tempo em que o capital encontra barreiras para o seu desenvolvimento, ele também cria condições que futuramente podem se transformar em novas barreiras. Todos os processos de tomada de decisão estão sujeitos a esta lógica de ser orientado para a expansão e movido pela acumulação, o que acaba determinando uma completa perda de controle da totalidade.

É em toda esta lógica contraditória de desenvolvimento do capital que se identifica a necessidade premente de ocorrência de crises, que embora sejam indesejadas conjuntamente,

são estruturalmente indispensáveis. Neste sentido, Harvey (2012, p. 65) afirma que as “crises são, por assim dizer, as racionalidades irracionais de um capitalismo sempre instável”. A sequencial dinâmica de sobreacúmulo ao longo das décadas necessita de um momento de ruptura que traga de volta o equilíbrio competitivo indispensável para o pleno desenvolvimento do sistema.

A busca desse equilíbrio traz, ao final de todo o processo, um novo fôlego ao capital, que de certa forma passa por uma importante renovação. O principal problema de tudo isso é o preço a ser pago pelo trabalho. Vários são os mecanismos utilizados pelo capital para que uma nova fase ascendente ocorra globalmente, sendo um dos principais a incorporação de novas áreas e/ou trabalhadores à lógica do capital. É neste sentido que Marx, ao discutir aquilo que denominou de acumulação primitiva, demonstrou como é central ao capital o processo de destruição de relações não-capitalistas que se estabelecem em certas áreas, principalmente para a formação de força de trabalho, urbana ou rural.

Neste contexto, percebe-se que esta forma de acumulação não se restringiu apenas aos momentos iniciais do desenvolvimento capitalista, mas é algo recorrente atualmente, afligindo de sobremodo comunidades tradicionais e/ou camponesas. É neste sentido que Harvey (2005b) aponta para o conceito de acumulação por desapossamento como algo intrinsecamente vinculado à expansão do capital.

A acumulação primitiva não terminou com a ascensão do capitalismo industrial na Grã-Bretanha no final do século XVIII. Nos últimos trinta anos, por exemplo, cerca de 2 bilhões de trabalhadores assalariados foram adicionados à força de trabalho global disponível, em função da abertura da China e do colapso do comunismo na Europa central e oriental. Em todo o mundo, aconteceu a integração das populações camponesas até então independentes nas forças de trabalho (HARVEY, 2012, p. 55).

Ainda que seja considerada esta dinâmica como perversa (e de fato é), vale mencionar que a acumulação por espoliação não se restringe à inserção de novos sujeitos à força de trabalho. Muito são os casos de privatização de terras e outros recursos naturais de apropriação coletiva. Modos tradicionais de uso da terra e da água, por exemplo, que foram instituídos historicamente são destruídos para inserção da lógica competitiva e privatista do capital. Relacionam-se diretamente estas considerações com a realidade das comunidades tradicionais, que apresentam posse de uso comum de uma porção de seus territórios. O avanço do capital agrário em suas áreas, na busca de fronts expansivos da sua forma de reprodução, tem gerado conflitos intensos com a inserção de grandes projetos de “desenvolvimento” incentivados pelo Estado. Com isso, percebe-se também que mesmo que o expansionismo geográfico do capital

seja um mecanismo importante para que se contorne uma crise, este não ocorre somente em tempos de crise. O que se identifica atualmente no Brasil é que a crise tem servido de regra para justificar as ações desenvolvimentistas dos governos federal e estaduais, independente das repercussões danosas ao conjunto da sociedade.

Em tempos de crise, o papel do Estado se reafirma como central para a manutenção da ordem estabelecida pelo capital. No caso da situação atual, é possível perceber uma associação direta Estado-finanças (HARVEY, 2012), que vem garantindo a reprodução ampliada capitalista. O sistema do crédito tem funcionado como articulador máximo de todo o processo, investindo na produção e na realização. No primeiro caso, acaba não sendo necessário esperar para que o empreendimento dê lucros suficientes para um reinvestimento; na perspectiva de ganhos futuros, o crédito proporciona o capital necessário para a ampliação da produção. No caso da realização, o consumidor pode encontrar cada vez mais formas de aumento do seu poder de compra, por meio de diferentes linhas de crédito e parcelamento. E o Estado, obviamente, se apresenta como o grande garantidor de todo este sistema, mesmo que isso custe seu próprio endividamento em níveis extraordinários. Não se afirma, com isto, que o endividamento seja um desdobramento da inconsequência das ações do Estado, essencialmente por que tal problemática ocorre através de um planejamento próprio em que as condições de reprodução do capital são sempre prioritárias e o endividamento é indispensável para a consonância Estado-finanças.

É justamente desta forma que se encontra o Estado atualmente. Todos os meios encontrados pelos governos dos diversos países para enfrentar a crise perpassaram de algum modo por formas de endividamento. No caso dos países de capitalismo avançado, isto foi claramente constatado com a estatização de vários bancos falidos (e todos os seus títulos podres) e incentivos à produção, com estímulos diretos em empresas de capital privado para que estas não aumentassem a preocupante taxa de desemprego. Em países como o Brasil, a situação foi diferente, posto que o governo criou mecanismo de apoio à produção e consumo, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e as constantes reduções no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Isto não significou, contudo, ausência de endividamento. Pelo contrário, a dívida brasileira não para de crescer, reduzindo a capacidade de investimento em pautas que são tensionadas pelos movimentos sociais.

Do que resta do orçamento do Estado brasileiro quando se considera o que é pago em juros e amortização da dívida, ainda existem as demandas dos demais setores do capital. Principalmente nos Estados Unidos e na Europa, é perceptível que a maior parte do gasto público

tem sido drenada para o capital que foi pivô da crise com o argumento de salvaguardar o emprego dos trabalhadores. Contudo isto não tem implicado em mudanças significativas na forma de operação destas empresas, além de consolidar ainda mais o poder hegemônico de classe.

No caso brasileiro, as políticas públicas são diretamente influenciadas por esta conjuntura. Cada vez mais percebe-se que a intervenção do Estado na produção do espaço está sujeita a diretrizes que são gestadas em nível mundial. Não é equívoco reconhecer que se presencia um processo de internacionalização das políticas públicas, principalmente para o campo, através das iniciativas de órgãos multilaterais como o Banco Mundial e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

Considerações finais

Embora toda esta problemática não possa ser resumida em poucos agentes que se relacionam diretamente com a internacionalização das políticas públicas para o campo, é inegável o papel central que desempenhou (e desempenha) o Grupo Banco Mundial na modelagem daquilo que se apresenta como correto no discurso da ação do Estado, principalmente nos países emergentes como o Brasil. Com relação especificamente ao espaço agrário nacional, boa parte das questões que hoje são centrais para compreender a expansão territorial do capital no campo tem nas ações do Banco Mundial algo fundamental: Revolução Verde, reforma agrária assistida pelo mercado, desenvolvimento rural (e territorial), redução da pobreza rural etc. O grupo, diretamente inserido no contexto de internacionalização do capital, tem sido um importante agente intelectual sobre o “como fazer”, sempre imbuído de implementar o receituário neoliberal nos países que estão em constante processo de ajuste estrutural e institucional. Assim, considerar a ação deste agente é, sobretudo, considerar a dinâmica de reprodução ampliada do capital globalmente em sua relação com o Estado.

De um modo geral, a análise sobre a organização do espaço em escala global implica na consideração de algumas importantes categorias, que servem não só para caracterizar, mas também desvelar processos presentes no contexto cada vez mais internacionalizado de produção do espaço. Assim, discutir sobre polarização, desenvolvimento geográfico desigual, expansão territorial do capital e integração seletiva traz ao centro do debate questões centrais para a análise da dinâmica do capitalismo no século XXI, considerando necessariamente os agravantes da crise estrutural.

Referências

ASTARITA, R. **Crítica de la tesis de la financiarización**. Dez. 2008. Disponível em: <https://www.nodo50.org/gpm/financieras/todo.pdf>. Acesso em 13 maio de 2012.

CHESNAIS, F. A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século. **Economia e Sociedade**, Campinas, vol. 5, p. 1-30, dez. 1995.

_____. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COGGIOLA, O. A crise (2007-2012): lineamentos para uma abordagem global. **Aurora**, Marília, vol. 6, nº 1, Encarte Especial, jul/dez 2012.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005a.

_____. O “novo imperialismo” – ajustes espaço-temporais e acumulação por desapossamento. **Lutas Sociais**, São Paulo, nº 13/14, p. 9-23, 2005b.

_____. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

_____. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2012.

SANTOS, T. S. dos. Globalização e exclusão: a dialética da mundialização do capital. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 3, nº 6, p. 170-198, jul/dez 2001.

SAWAYA, R. R. Crise: um problema conjuntural ou da lógica da acumulação mundial? **Estudos Avançados**, São Paulo, vol. 23, nº 66, p. 53-70, 2009.

Recebido em 10 de abril de 2019.

Aceito em 23 de maio de 2019.